



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2020.0000962006

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2254443-82.2020.8.26.0000, da Comarca de Foro de Ouroeste, em que é paciente VLANDER DE SOUZA AUGUSTO e Impetrante HENRIQUE VIEIRA DOS SANTOS, é impetrado MMJD DA VARA UNICA DO FORO DE OUROESTE.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 11ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **denegaram a ordem.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XAVIER DE SOUZA (Presidente sem voto), ALEXANDRE ALMEIDA E MARIA TEREZA DO AMARAL.

São Paulo, 25 de novembro de 2020.

PAIVA COUTINHO
Relator
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO nº: 45.191

HABEAS CORPUS CRIMINAL nº: 2254443-82.2020.8.26.0000

IMPETRANTE: Henrique Vieira dos Santos

PACIENTE: Vlander se Souza Augusto

COMARCA: Ouroeste

Vistos.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado *Henrique Vieira dos Santos* em favor de **VLANDER DE SOUZA ARAÚJO** ao fundamento, em breve síntese, de que o paciente estaria experimentando ilegal constrangimento por ato do r. Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Ouroeste, que converteu a prisão em flagrante em preventiva, sem que estivessem presentes os pressupostos para tanto (fls. 1/23 e documentos – fls. 24/31).

O impetrante argumenta, em suma, sobre (i) a inocorrência das hipóteses da prisão preventiva e a inidoneidade na fundamentação da r. decisão impugnada, inserida no campo da generalidade, deixando de demonstrar claramente a necessidade da adoção da medida extrema e excepcional, observando-se que o paciente é apenas contumaz usuário de drogas, e não traficante, nada justificando a manutenção da medida extrema e excepcional, até porque até o momento ele deve ser considerado presumidamente inocente; (ii) a possibilidade de concessão domiciliar ao paciente, pois é o provedor de sua família (companheira e filho recém-nascido); e (iii) a atual crise sanitária decorrente da rápida propagação da doença denominada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COVID – 19, não sendo recomendável a manutenção de prisões preventivas desnecessárias, como é a hipótese dos autos, tendo em vista a precariedade das instalações físicas das unidades prisionais, que propiciam a disseminação da doença.

Paralelamente, o impetrante tece considerações sobre o mérito da causa, alegando ter sido preparado o flagrante, tratando-se de crime impossível, uma vez que caracterizada a indução policial para a configuração do tipo penal. Invoca em abono à tese defensiva o art. 17 do Código de Penal e a Súmula 145 do colendo Supremo Tribunal Federal.

Requer, com a presente impetração, a revogação da prisão preventiva ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares menos gravosas, expedindo-se em favor do paciente o alvará de soltura.

Indeferida a liminar (fls. 33/35), constam dos autos as informações do r. Juízo apontado como coator (fl. 38), com documentação anexa (fls. 39/48) e o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, que opina pela denegação da ordem (fls. 50/53).

É relatório.

Com todo o respeito aos argumentos exarados nas razões de inconformismo, a irresignação do impetrante não procede, sendo o caso de denegação da ordem.

Consta dos autos que a acusação é por suposta infringência ao art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006, por fato ocorrido em 8 de outubro p.p., quando paciente foi surpreendido pela equipe da Polícia Civil enquanto recebia pelos Correios em sua residência um tablete de “*maconha*”, pesando 578,11 gramas. No interior da residência, os policiais encontraram sacolas plásticas, fita isolante e dinheiro trocado. O flagrante ocorreu porque um investigador de polícia local recebeu uma ligação de uma colega da Polícia Civil de São José do Rio Preto,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

afirmando que o paciente estaria recebendo drogas pelo correio.

Analisando os autos, verifica-se que não existe o constrangimento ilegal apontado, fazendo-se por ora necessária a manutenção da prisão do paciente ante a situação de flagrante delito e o risco à ordem pública.

De início, importa consignar que o estreito limite de cognição da ação constitucional liberatória não se presta a discutir matéria fática ou mesmo analisar provas colhidas no inquérito policial ou mesmo no curso da instrução processual.

Portanto, é inoportuna a análise da tese de crime impossível e de inocência do paciente, a qual deverá ser deduzida, propriamente, em sede do processo de conhecimento, especialmente porque tal análise importa em consideração de elementos de prova que deve ser levada a efeito sob o crivo do contraditório. Também não há como utilizar tal argumento para justificar a soltura do paciente, sob pena de afrontar o princípio do juiz natural, prejudicar o mérito da causa e suprimir sem qualquer argumento plausível a instância originária.

No caso, além de a prisão se assentar na existência de comprovação de materialidade e indícios de autoria, a r. decisão impugnada (fls. 45/48) está adequadamente fundamentada, referindo-se à preservação da ordem pública e à gravidade dos fatos a justificarem a prisão como necessária, e nenhuma outra medida, dela constando que este não é fato isolado na vida do paciente, que já foi condenado definitivamente pelo tráfico de drogas (processo nº 0000179-58.2015.8.26.0696), e ao que parece com pena ainda a cumprir (fls. 28/30), o que demanda maior cautela para a concessão do benefício pretendido ante o risco real de reiteração delitiva, caso seja colocado em liberdade.

Demais disso, o impetrante nada trouxe de novo que pudesse convencer da desnecessidade da prisão preventiva, subsistindo íntegros os fundamentos que resultaram nela, não se podendo perder de vista que o tráfico ilícito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

de entorpecentes, embora desprovido de violência ou grave ameaça à pessoa, além de estar relacionado ao aumento da violência e da criminalidade, é fonte de desestabilização das relações familiares e sociais; motivos suficientes para manter a segregação cautelar do paciente.

E como se sabe, a prisão preventiva convive de forma harmoniosa com o princípio da presunção de inocência, quando presentes as hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal, como é o caso dos autos, não se constituindo cumprimento antecipado de pena.

Ressalte-se também que o fato de o paciente possuir filhos menores de doze anos, por si só, não é garantia de substituição automática da prisão preventiva pela domiciliar. De acordo com o recente v. Acórdão proferido no *habeas corpus* coletivo nº 165.704 pelo colendo Supremo Tribunal Federal, para a concessão de tal benefício, há que se comprovar a presença dos requisitos elencados no art. 318 do Código de Processo Penal, mediante prova documental e realização de audiência em caso de dúvida, o que não se viu demonstrado nos autos.

De resto, além do já exposto, o argumento da atual pandemia decorrente da rápida propagação doença denominada COVID-19, em princípio, não pode servir de fundamento para a concessão da liberdade provisória, pois não afasta a necessidade de segregação cautelar, tal como já exposto, tampouco assegura à sociedade e ao interesse público os benefícios da redução do risco de transmissibilidade do “corona vírus”, não se podendo perder de vista que o Estado é responsável e garante ao detento eventualmente contaminado, também com o “corona vírus”, o tratamento adequado.

Ademais, conquanto o Poder Judiciário tivesse tomado ações no sentido de amenizar o rigor da norma, autorizando a prisão domiciliar para os presos em prisões provisórias e/ou em regimes diversos do aberto e/ou que não reúna as condições legais, porém merecedores de atenção especial por estarem inseridos no grupo de risco dos doentes infectados pelo “corona vírus”, tem-se que, ainda diante



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desses casos de excepcionalidade, a concessão do benefício depende de pressupostos inafastáveis e cumulativos, quais sejam: *a) comprovação inequívoca de se encaixar no risco do Covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; c) risco real de que no estabelecimento em que se encontra, e que o segrega do convívio, causa mais risco do que o ambiente em que a sociedade está inserida*”

Porém, esse também não é o caso dos autos, pois o impetrante não demonstrou efetivamente que o paciente tivesse preenchido os citados pressupostos, imprescindíveis para a flexibilização da norma.

Em situação análoga, esta colenda 11ª Câmara de Direito Criminal decidiu no mesmo sentido. (*TJSP – Habeas corpus nº 2053560-22.2020.8.26.0000, 11ª Câmara de Direito Criminal, Relator Juiz Tetsuzo Namba, julgado em 28/4/2020*).

De todo modo, certo é que a “COVID-19” não limita seu público-alvo aos presidiários, nem tampouco escolhe seus infectados, presos ou soltos, estando toda a sociedade, ordeira ou não, à mercê de eventual contaminação.

Logo, a prisão do paciente é em princípio legítima, não havendo constrangimento ilegal que possa ser sanado pela via eleita.

Ante o exposto, **denega-se a ordem.**

Aben-Athar de **PAIVA COUTINHO**
Relator